



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

PA-UM Nº 05/2016

**PARECER ECONÔMICO-FINANCEIRO ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015**

Contrato de Gestão nº 10/2011

Objetos: Festival da Cultura Paulista Tradicional; Mapa Cultural Paulista; Programa de Atendimento aos Municípios; Encontro de Dirigentes de Cultura; Festival de Teatro de Caraguatatuba; Festival Nacional de MPB; Mostra Estadual de Violas e Ponteiros; Cultura para Gêneros e Etnias; e Projetos para o Hip Hop.

OS: ABAÇAI Cultura e Arte

Apresentação.....	2
Desempenho econômico e financeiro.....	3
Desempenho quanto à execução do plano de trabalho.....	7
Avaliação da Unidade de Monitoramento.....	10
Anexo: Quadro-síntese dos critérios de avaliação final da UM.....	23



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

APRESENTAÇÃO

O presente Parecer Anual, elaborado pela Unidade de Monitoramento nos termos do Decreto nº 59.046/2013, visa a integrar o sistema de controle interno da Secretaria da Cultura e a apoiar a elaboração do Relatório Anual Conclusivo da Comissão de Avaliação (do qual este Parecer se torna anexo), para posterior envio ao Secretário da Pasta, ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda e ao Tribunal de Contas do Estado.

Dada a importância de que as considerações aqui formuladas sejam conhecidas e sirvam como orientações para o aprimoramento das próximas pactuações e prestações de contas, cópia eletrônica deste Parecer, juntamente com o Relatório da Comissão de Avaliação, será enviada à Unidade Gestora, aos conselhos e aos dirigentes da Organização Social, sendo também disponibilizada no portal Transparência Cultura, atendendo à Lei de Acesso à Informação.

Cabe mencionar que este documento examina aspectos econômico-financeiros e de resultados apresentados pela OS na execução do contrato de gestão, tendo sido elaborado a partir da análise e cotejamento principalmente dos seguintes documentos:

1. Parecer Técnico da Unidade Gestora (UGE) referente à prestação de contas em tela (principal fonte de informações para esta análise).
2. Relatório anual de prestação de contas da OS, sobretudo item Quadro Resumo.
3. Relatório gerencial de orçamento previsto x realizado e planilha de municípios, anexos da prestação de contas entregue pela OS.
4. Pareceres da Unidade de Monitoramento de 2014 (base de comparações com 2015).
5. Planilha do Índice de Transparência obtida por meio de avaliação dos Sites dos Objetos Contratuais em 2014 e 2015.
6. Relatórios das 60 visitas de campo realizadas pela UM em 2015 aos objetos contratuais e às sedes das OS, contemplando todos os contratos de gestão.
7. Documento "Política Cultural da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo" constante das convocações públicas para celebrar contratos de gestão e divulgado no portal Transparência Cultura e referência para os primeiros indicadores de resultados finalísticos.

O documento está dividido em Apresentação; Seção I - Desempenho econômico e financeiro; Seção II - Desempenho quanto à execução do plano de trabalho; e Considerações Finais, seção que traz a avaliação da UM sobre a documentação verificada e sobre o desempenho da OS na execução do contrato de gestão.

Os cálculos comparativos entre as realizações de 2015 e 2014 (realizado 2015 comparado ao realizado 2014 = R/R) e entre o previsto e o realizado (realizado 2015 em relação ao previsto 2015 = R/P) foram efetuados pela UM, a partir das fontes citadas, sejam os relatórios da Organização Social ou o parecer técnico da Unidade Gestora. Para o cálculo foi utilizada divisão simples, de modo que os valores abaixo de 100% representam execução inferior à do ano anterior ou inferior à meta prevista, enquanto que valores acima de 100% indicam execução superior à do ano anterior ou superior à realização prevista.

Eventuais solicitações de complemento documental, na ocorrência de documentos não entregues e/ou demandas não esclarecidas durante o período de exame da documentação, bem como outras recomendações consideradas necessárias, estão distribuídas ao longo do Parecer.

Para atender a essas solicitações, a OS deverá incluir seção "Manifestação em resposta ao Parecer da Unidade de Monitoramento referente ao exercício 2015" no próximo Relatório Trimestral de 2016 (após a apresentação e antes das informações referentes ao cumprimento das metas), a ser entregue de acordo com o Cronograma Anual 2016. Dúvidas poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico monitoramento.cultura@sp.gov.br. Por meio desse mesmo e-mail, a organização social poderá, em caso de interesse, enviar sugestões, críticas e outras informações que julgar necessárias.

Salientamos, por fim, que nossa verificação deverá ser complementada e aprofundada pela análise mais apurada das demonstrações contábeis e devidas comprovações pelos demais órgãos de fiscalização do Estado (Secretaria da Fazenda e Tribunal de Contas do Estado).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

I. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A fim de verificar o desempenho econômico financeiro da Organização Social na execução dos recursos atrelados ao contrato de gestão, apresentamos a seguir as principais receitas e despesas (em valores nominais), buscando avaliar a eficácia no uso dos recursos – previsto (P) x realizado (R).

1) RECEITAS DO CONTRATO DE GESTÃO

	2014	2015		2015/2014	2015
	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
a) Repasses	14.394.140	12.761.926	9.732.994	68%	76%
b) Captação	1.224.080	-	-	-	-
c) Receitas Financeiras	319.938	127.619	469.568	147%	368%
e) Total (a+b+c)	15.938.157	12.889.545	10.202.562	64%	79%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado e Parecer Técnico da UGE

OBSERVAÇÕES: O Contrato de Gestão nº 10/2011 com a OS ABAÇAI Cultura e Arte, em seu 9º Termo de Aditamento, assinado em 23/12/2015, alterou sua vigência, de 31/12/2015 para 31/12/2016. O valor global passou de R\$ 54.496.167,00 para R\$ 62.496.167,00.

Conforme o Relatório Gerencial Orçamentário Previsto x Realizado, o valor repassado pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, em 2015, foi de R\$ 9.732.993,67. No início de 2016, a SEC repassou o valor de R\$ 28.932,33 referente a última parcela de repasse de 2015, restando um valor de R\$ 3.000.000,00 para completar o valor acordado no 9º TA para 2015.

Por esse motivo, a OS utilizou saldo dos exercícios anteriores para poder executar o plano de trabalho acordado no 8º TA conforme mencionado no Parecer da Auditoria Independente "Senacont Auditoria S/S" na página 08. Não foi possível localizar o valor do saldo dos exercícios anteriores.

Em 2015, a OS captou R\$ 336.049,00 com a Lei Rouanet e convênios, e R\$ 1.747.816,04 em recursos não financeiros (parcerias com os Municípios), conforme o Relatório de Captação e o Parecer da UGE na página 29. Esses valores não foram computados no Relatório Gerencial Orçamentário Previsto x Realizado.

RECOMENDAÇÕES: A OS deve registrar devidamente todos os recursos em seu relatório gerencial de execução orçamentária, a bem da transparência e correta prestação de contas. Vale observar que a captação não financeira precisa ser corretamente documentada e auditada, para assegurar sua regularidade. Além disso, também é importante que a OS se empenhe na elaboração e implementação de um plano de desenvolvimento institucional, priorizando a ampliação e diversificação de fontes de receitas, não só por meio de patrocínio incentivado e sem incentivo fiscal, mas também mediante parcerias, doações de pessoas físicas e jurídicas e outras. Por sua vez, a previsão de receitas financeiras do repasse deverá ser alinhada à série histórica para esse tipo de receita nesse contrato de gestão.

2) DESPESAS ATRELADAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

a) Recursos Humanos

	2014		2015		2015/2014	2015
	Previsto	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Recursos Humanos (R\$)	5.055.140	5.346.388	5.815.000	5.359.694	100%	92%
Dirigentes (R\$)	1.115.140	1.069.234	750.000	1.037.443	97%	138%
Total despendido com RH/Repasse	*	37%	46%	42%	-	-
Despesa c/ diretoria: 15% de 55% do repasse	*	15%	11%	15%	-	-
Número de empregados CLT (em 31/12)	-	64	-	61	95%	-
Data da ata de aprovação do manual de Rh (e última alteração) pelo Conselho Administrativo	*	*	-	jan/2007	-	-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Fonte: Quadro resumo preenchido no relatório de prestação de contas da OS e PA UM 2015 ref 2014

*Informação não avaliada no PA UM 2015 ref 2014

OBSERVAÇÕES: Os valores despendidos com recursos humanos estiveram no limite definido pelo anexo III do Contrato de Gestão, como limite para despesa com RH (55%), e 15 % do limite máximo estipulado para despesas com RH.

RECOMENDAÇÕES: Unidade Gestora e OS devem estar atentas aos limites pactuados para remuneração de dirigentes, bem como ao comportamento histórico dessa rubrica, a fim de evitar pactuações cujas previsões e execução orçamentárias firmam as cláusulas contratuais ou sejam inviáveis. Por sua vez, recomenda-se que o Conselho de Administração da OS verifique a pertinência de rever seu manual de recursos humanos, tendo em vista o mesmo já estar em utilização há 9 anos e de ter sido publicado em 2016 referencial de boas práticas sobre o tema pela Unidade de Monitoramento no Portal Transparência Cultura. Especialmente o plano de cargos e salários deverá estar atualizado e ajustado à nova conjuntura econômica e financeira.

b) Principais Despesas com Pessoas Jurídicas

	2014	2015		2015/2014	2015
	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Jurídica	92.220	56.000	55.527	60%	99%
Informática	106.493	139.700	115.000	108%	82%
Auditoria	30.260	35.200	23.451	77%	67%

Fonte: PA UM 2015 ref. 2014 e Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado 2015

OBSERVAÇÃO: Seguindo o determinado no contrato de gestão e seus anexos, apenas variações superiores a 25% (para mais ou para menos) demandam justificativa detalhada, pois a OS tem margem de remanejamento para assegurar a mais eficiente gestão dos recursos, desde que sejam cumpridas todas as metas pactuadas com a qualidade requerida. No entanto, a OS respondeu a UGE sobre as variações encontradas no Relatório Gerencial Orçamentário Previsto x Realizado alegando que: "As divergências apresentadas entre o PREVISTO E O REALIZÁVEL, são em virtude do previsto ser uma estimativa do que poderá ser gasto, podendo estes gastos em alguns casos, exceder ou não estas previsões, as quais estão de acordo com os percentuais previstos para serem alterados. No tocante ao repasse, recebemos apenas 76,27% do previsto, não nos prejudicando no exercício, uma vez que vínhamos fazendo economia ao longo do Contrato. Quanto aos grandes grupos de despesas administrativas e dos totais de cada projeto, cabe mencionar que os percentuais executados se aproximam muito dos totais previstos (90,97 e 99%), gerando economia para a OS. No grupo Custos Administrativos a previsão foi ultrapassada pelos custos de Cartório e Correio, pois alguns projetos, principalmente no Encontro de Dirigentes, utilizamos muito serviços de correio. O projeto RVSP São José dos Campos o realizado foi menor pelo fato do restante ter sido coberto com recursos de Convênio com a Prefeitura para o citado projeto. Entendemos que esta Organização Social executou seu plano de trabalho, obedecendo na íntegra os 25% permitido" (sic). Em seu parecer, a UGE comenta: "Do ponto de vista da análise gerencial do orçamento – o que se refere aos valores totais previstos em cada programa, a OS cumpriu com o que fora pactuado, não havendo variações significativas nas grandes rubricas. Porém, de acordo com o detalhamento acima, é possível sinalizar a necessidade de melhor previsão na distribuição das despesas em cada programa, minimizando, assim, as discrepâncias entre o previsto e o realizado e evidenciando melhor planejamento orçamentário" (p.31, Parecer Técnico).

c) Utilidades Públicas

	2014	2015		2015/2014	2015
	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Utilidades Públicas (Água, telefone, internet, energia)	148.843	176.000	129.582	87%	74%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado

OBSERVAÇÃO: A OS não encaminhou nota explicativa no relatório gerencial orçamentário previsto x realizado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

RECOMENDAÇÕES: Ainda que sejam reconhecidos os esforços de economicidade nessa rubrica, é importante que a UGE e a OS acordem possíveis ações visando manter a redução do consumo de água e energia, a serem descritas nas obrigações contratuais do próximo plano de trabalho, visando contribuir para a busca de sustentabilidade e continuar a reduzir as despesas correlatas, além de avançar no compromisso pactuado pelo Governo do Estado de São Paulo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU).

d) Programas

	2015		Variação
	Previsto R\$	Realizado R\$	R/P
Programas de Trabalho Área Fim *			
Revelando São Paulo - Capital	1.000.000	1.042.970	104%
Revelando São Paulo - Vale do Paraíba - São Jose Dos Campos	507.619	260.204	51%
Revelando São Paulo - Vale do Ribeira - Iguape	200.000	186.816	93%
Revelando São Paulo - Edição Entre Serras e Águas - Atibaia	220.000	202.682	92%
Mapa Cultural Paulista	950.000	708.674	75%
Atendimento aos Municípios	500.000	512.637	103%
Encontro dos Dirigentes de Cultura	35.526	18.423	52%
Festival de Teatro de Caraguatatuba - Litoral Encena	320.000	311.630	97%
Festival de MPB - Avaré	90.000	85.582	95%
Festival de MPB - Ilha Solteira	90.000	89.799	100%
Festival de MPB - Botucatu	90.000	80.544	89%
Festival de MPB - Pereira Barreto	90.000	84.777	94%
Festival de MPB - Batatais	180.000	179.010	99%
Café com Violas e Ponteios - Santa Fé do Sul	50.000	49.576	99%
Café com Violas e Ponteios - Batatais	50.000	49.468	99%
Apoio a Projetos de Cultura Negra	470.000	463.011	99%
Apoio a Projeto Cultural voltado para outras Etnias	150.000	149.763	100%
Apoio Projeto voltado a Cultura LGBT	110.000	109.860	100%
Centro de Cultura Memória e Estudos da Diversidade Sexual	530.000	390.808	74%
Programa de Acessibilidade	30.000	29.358	98%
Encontro Paulista de Hip Hop	260.000	244.910	94%
Capacitação para Elaboração Projetos Hip Hop	20.000	20.000	100%
Comissão Sistematização de Informações - Plano Estadual de Cultura	80.000	67.490	84%
Programa de Comunicação	5.000	-	0%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado

* Foram selecionados para apresentação nesse item apenas parte dos programas de trabalho da área fim, tendo por base sua relevância no orçamento global.

OBSERVAÇÕES: A OS respondeu a UGE sobre as variações encontradas no Relatório Gerencial Orçamentário Previsto x Realizado alegando que: "As divergências apresentadas entre o PREVISTO E O REALIZÁVEL, são em virtude do previsto ser uma estimativa do que poderá ser gasto, podendo estes gastos em alguns casos, exceder ou não estas previsões, as quais estão de acordo com os percentuais previstos para serem alterados. No tocante ao repasse, recebemos apenas 76,27% do previsto, não nos prejudicando no exercício, uma vez que vínhamos fazendo economia ao longo do Contrato. Quanto aos grandes grupos de despesas administrativas e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

dos totais de cada projeto, cabe mencionar que os percentuais executados se aproximam muito dos totais previstos (90,97 e 99%), gerando economia para a OS. No grupo Custos Administrativos a previsão foi ultrapassada pelos custos de Cartório e Correio, pois alguns projetos, principalmente no Encontro de Dirigentes, utilizamos muito serviços de correio. O projeto RVSP São José dos Campos o realizado foi menor pelo fato do restante ter sido coberto com recursos de Convênio com a Prefeitura para o citado projeto. Entendemos que esta Organização Social executou seu plano de trabalho, obedecendo na íntegra os 25% permitido” (sic). Em seu parecer, a UGE comenta: “Do ponto de vista da análise gerencial do orçamento – o que se refere aos valores totais previstos em cada programa, a OS cumpriu com o que fora pactuado, não havendo variações significativas nas grandes rubricas. Porém, de acordo com o detalhamento acima, é possível sinalizar a necessidade de melhor previsão na distribuição das despesas em cada programa, minimizando, assim, as discrepâncias entre o previsto e o realizado e evidenciando melhor planejamento orçamentário” (p.31, Parecer Técnico).

RECOMENDAÇÕES: É importante a UGE acompanhar trimestralmente as despesas em questão, visando a reduzir a previsão em caso de eventual superdimensionamento, ou evitar opções que comprometam a qualidade dos resultados previstos.

e) Receitas e Despesas

	2014	2015		2015/2014	2015
	Realizado ¹	Previsto	Realizado	R/R ¹	R/P
Receitas Totais	14.714.078	12.889.545	10.202.562	69%	79%
Despesas Totais + Provisões	14.484.599	12.889.545	11.740.432	81%	91%
Receitas - Despesas	229.479	-	- 1.537.870	-	-

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto x Realizado, anos 2014 e 2015.

OBSERVAÇÕES: O relatório da OS não deixa claro como foi possível viabilizar o plano de trabalho, cujas despesas foram superiores às receitas, apresentando déficit ao final do exercício. Entretanto, o parecer da Auditoria Independente “Senacont Auditoria S/S”, informa que a OS conseguiu executar o plano de trabalho graças à utilização de saldo de exercícios anteriores. Vale lembrar que a SEC informou a todas as OSs da necessidade de redução de gastos desde o início de 2015, por causa da crise econômica nacional e que, no contrato em exame, a última parcela foi efetuada em atraso (em janeiro de 2016). Por sua vez, embora as despesas tenham superado em 15% as receitas, elas ficaram 9% abaixo do valor previsto para despesa anual.

3) INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

INDICADORES	2014	2015
Índice de liquidez seca	0,95	1,09
Relação entre despesas áreas meio/fim	0,59	0,57
Relação entre receitas/despesas	1,00	1,00
Parecer da Auditoria Independente SENACONT Auditoria	Aprovado	Aprovado
Deliberação sobre prestação de contas pelo Conselho Administrativo	Aprovado	Aprovado
Data da ata de aprovação do Manual de Compras (e de sua última alteração) pelo Conselho Administrativo	*	-

Fonte: Quadro resumo preenchido no relatório de prestação de contas da OS.

*Informação não avaliada no PA UM 2015 ref 2014

OBSERVAÇÃO: Os indicadores acima apresentados contribuem para confirmar a saúde financeira do contrato de gestão. Cabe lembrar que todas as informações apresentadas são de responsabilidade da Organização



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Social e que, dentro dos limites possíveis, as verificações da Unidade Gestora e da Unidade de Monitoramento não encontraram indícios de irregularidade ou não conformidades. Vale dizer que os percentuais indicados para o índice de liquidez seca e para a relação entre receitas totais e despesas totais leva em conta os saldos dos exercícios anteriores, o que elimina o déficit específico desse ano.

II. DESEMPENHO QUANTO À EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Para verificar o desempenho da Organização Social quanto à execução contratual no exercício de 2015, foram escolhidas as metas abaixo, a título de amostragem das realizações mais significativas, considerando o plano de trabalho anual pactuado e a contribuição para um resultado estratégico definido pela Secretaria da Cultura que constou das convocações públicas das OSs (na perspectiva de ampliação do acesso da população e ampliação das ações no interior e litoral do Estado). Esse resultado recentemente foi também divulgado no documento “Política Cultural da Secretaria da Cultura do Estado de SP – versão 2016” (disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/2016.01-Pol%C3%ADtica-Cultural-da-SEC-SP.pdf>), visando promover realizações que assegurem: “cidadãos com acesso pleno, em todo o Estado, aos programas, grupos artísticos e equipamentos culturais, em toda a sua diversidade”.

1) RESULTADOS ALCANÇADOS

PRINCIPAIS RESULTADOS	2014		2015		Variação	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Nº de municípios participantes RSP - Edição Capital *	190	161	100	102	63%	102%
Nº de expositores/artistas participantes - RSP - Edição Capital *	340	457	150	183	40%	122%
Público RSP Edição Capital *	650.000	670.000	300.000	40.000	6%	13%
Nº de municípios participantes RSP - Edição Vale do Paraíba	80	106	80	111	105%	139%
Nº de expositores/artistas participantes - RSP - Edição Vale do Paraíba	160	326	80	118	36%	148%
Público RSP Edição Vale do Paraíba	200.000	222.000	100.000	150.000	68%	150%
Nº de municípios participantes RSP - Iguape	60	80	40	70	88%	175%
Nº de expositores/artistas participantes - RSP - Iguape	120	120	40	176	147%	440%
Público RSP Iguape	30.000	35.000	20.000	30.000	86%	150%
Nº de municípios participantes RSP - Atibaia	30	95	30	99	104%	330%
Nº de expositores/artistas participantes -RSP – Atibaia	80	206	80	99	48%	124%
Público RSP - Atibaia	30.000	60.000	30.000	35.000	58%	117%
Nº de regiões Mapa Cultural	-	-	16	16	-	100%
Nº de participantes - Mapa Cultural	-	-	1.290	1.853	-	144%
Nº de municípios que receberam ATM (ações culturais para atendimento aos municípios)	55	49	75	150	306%	200%
Nº de pessoas beneficiadas pelo ATM	145.000	640.931	87.500	379.393	59%	434%
Nº de municípios Encontro de Dirigentes	200	287	200	368	128%	184%
Nº de atividades Programa de culturas para assessoria de gêneros e etnias e hip hop (Ações 6.1.1 a 6.1.5, 7 e 8)	-	-	46	104	-	226%
Público total do Programa de culturas para assessoria de gêneros e etnias e hip hop (Ações 6.1.1 a 6.1.5, 7 e 8)	-	-	64.585	282.941	-	438%
Nº de artistas inscritos - Festival MPB Pereira Barreto	200	365	200	222	61%	111%
Nº de artistas participantes - Festival MPB Pereira Barreto	25	20	24	24	120%	100%
Público do Festival MPB Pereira Barreto	4.000	8.500	5.000	5.100	60%	102%
Nº de artistas inscritos - Festival MPB Ilha Solteira	320	290	200	253	87%	127%
Nº de artistas participantes - Festival MPB Ilha Solteira	25	26	24	25	96%	104%
Público do Festival MPB Ilha Solteira	7.000	24.000	10.000	12.000	50%	120%



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Nº de artistas inscritos - Festival MPB Avaré	400	712	400	747	105%	187%
Nº de artistas participantes - Festival MPB Avaré	25	26	24	24	92%	100%
Público do Festival MPB Avaré	7.000	7.200	6.000	6.100	85%	102%
Nº de artistas inscritos - Festival MPB Botucatu	500	507	300	405	80%	135%
Nº de artistas participantes - Festival MPB Botucatu	25	82	24	30	37%	125%
Público do Festival MPB Botucatu	10.000	12.000	10.000	10.250	85%	103%
Nº de artistas inscritos - Festival de Teatro de Caraguatatuba	90	120	90	128	107%	142%
Nº de artistas participantes - Festival de Teatro de Caraguatatuba	25	41	25	81	198%	324%
Público do Festival de Teatro de Caraguatatuba	25.000	60.000	25.000	50.000	83%	200%
Nº de artistas participantes - Programa Café com Viola e Ponteios Edição Santa Fé do Sul	10	20	20	30	150%	150%
Público do Programa Café com Viola e Ponteios Edição Santa Fé do Sul	4.000	18.000	4.000	6.000	33%	150%
Nº de artistas participantes - Programa Café com Viola e Ponteios Edição Batatais	10	10	10	8	80%	80%
Público do Programa Café com Viola e Ponteios Edição Batatais	4.000	5.400	4.000	41.000	759%	1025%
Nº de artistas participantes - Programa Café com Viola e Ponteios Edição São Simão	100	130	não faz parte CG	não faz parte CG	-	-
Público do Programa Café com Viola e Ponteios Edição São Simão	4.000	4.000	não faz parte CG	não faz parte CG	-	-

Fonte: Quadro resumo preenchido no relatório de prestação de contas da OS, avalizado pela UGE.

(*) Por dificuldades relacionadas à definição do local de parceria e custos, a edição da Capital do Festival Revelando São Paulo foi realizada no município de Valinhos, mediante prévia aprovação da Unidade Gestora.

OBSERVAÇÕES: Apesar do contexto macroeconômico, a OS executou o plano de trabalho integralmente, exceto pelo número de artistas participantes no programa Café com Viola e Ponteios Edição Batatais (80%). Muitas das realizações ultrapassaram expressivamente as metas pactuadas, que, por sua vez, eram inferiores ao realizado no exercício anterior.

RECOMENDAÇÕES: Nos próximos planos de trabalho, as metas previstas devem estar alinhadas às séries históricas, a fim de evitar superações elevadas que poderiam ter sido devidamente previstas.

2) EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO	2014		2015		ICM*	
	Previsto	Realizado'	Previsto	Realizado	2014	2015
Nº de ações com metas	72	67	79	77	93%	97%
Nº metas condicionadas	0	0	0	0	-	-
Nº de ações com metas não executadas com justificativa aceita pela UGE	-	4	-	2	-	-

Fonte: Quadro resumo preenchido no relatório de prestação de contas da OS.

*Índice de cumprimento de meta. Considerou-se integralmente cumpridas as ações cuja realização foi igual ou maior a 100%.

OBSERVAÇÃO: A execução contratual do exercício 2015 foi mais bem-sucedida que a do ano anterior, indicando provável melhor planejamento e maior empenho em relação ao previsto. O índice de eficácia desse contrato de gestão (considerado equivalente ao índice de cumprimento das metas, a partir da correlação previsto x realizado) em 2016 foi de 97%.

RECOMENDAÇÕES: A previsão e busca de realização de metas condicionadas, sobretudo em períodos de crise, é muito importante e aconselhável, na medida em que a redução dos recursos para as parcerias com Organizações Sociais tende a inviabilizar a adequada alocação de montantes para todas as realizações previstas. Ademais, essa previsão denota esforço meritório de planejamento e agilidade (já prever e deixar pré-aprovadas metas condicionadas a recursos adicionais) e de busca de sustentabilidade.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

3) INDICADORES DE DESEMPENHO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PLANO DE TRABALHO

a) Informações da Unidade Gestora e dados apurados pela Unidade de Monitoramento:

	2014	2015
Realizou pesquisa de perfil e satisfação de público (Sim/Não)	Sim	Sim
Índice de satisfação do público com a programação cultural (%)	Vários referenciais	100%
Contribuiu para descentralização das ações culturais (Sim/ Não)	Sim	Sim
Cumpriu as rotinas e obrigações contratuais (Sim/Não/Parcial)	Sim	Sim
Avaliação da prestação de contas pela UGE (Satisfatório, Regular, Regular com ressalva, Insatisfatório)	Regular com Ressalva	Regular com Ressalva

Fonte: Parecer Técnico da UGE e Relatório de Prestação de Contas da OS.

OBSERVAÇÕES: O item de “contribuição para a descentralização das ações culturais” diz respeito aos esforços para ampliar a oferta e fruição dos resultados culturais pelo Estado. A partir da planilha de municípios, criada pela Unidade de Monitoramento para preenchimento por todas as organizações sociais parceiras da SEC, foi possível verificar que as ações in loco do contrato de gestão em exame atingiram a 375 municípios. De acordo com o relatório da Unidade Gestora, as rotinas e obrigações contratuais foram devidamente cumpridas (p. 26 do Parecer anual da UGE).

RECOMENDAÇÕES: Dada a importância das pesquisas de satisfação para a obtenção de parâmetros qualitativos de análise dos serviços culturais oferecidos à população, recomendamos que os próximos planos de trabalho prevejam a realização de pesquisa com metodologia previamente aprovada pela Unidade Gestora e com a apresentação dos indicadores de satisfação obtidos de forma estruturada e sistematizada.

b) Índice de Transparência (IT)

OS: ABAÇÁÍ Cultura e Arte	2014	2015	Varição 2015/2014
Mapa Cultural de São Paulo	8,90	8,10	91%
Revelando São Paulo	8,40	8,20	98%
Centro de Cultura, Memória e Estudos da diversidade de São Paulo	6,10	6,05	99%
Programa de Atendimento aos Municípios	6,10	6,58	108%
Média dos sites ligados a parcerias da SEC com OSs	8,32	8,51	102%

Fonte: Planilha Índice de Transparência UM / SEC SP

OBSERVAÇÃO: Até 2014, o Índice de Transparência nos Sites era calculado com base na pontuação aferida no último trimestre do ano. A partir de 2015, passou a valer a média dos 4 trimestres, dada a importância de manter os requisitos de transparência ao longo de todo o exercício. No caso observado, verificou-se queda em três dos quatro sites ligados a esse contrato de gestão, e melhoria em um, sendo que dois sites mantiveram o conceito de “transparência satisfatória” e dois de “transparência parcial”, evidenciando a necessidade de melhoria de performance da OS na viabilização de acesso à informação correspondente a esse contrato durante todo o ano.

RECOMENDAÇÕES: Que a OS envie esforços para assegurar a máxima transparência na disponibilização das informações requisitadas, a fim de atender o interesse público, o contrato e a legislação. Vale observar que, a depender dos itens que descumprir, à OS estará sujeita às sanções contratuais previstas, sem prejuízo de outras eventuais penalidades e consequências.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

c) Visitas de campo

Ao longo de 2015 foram realizadas 60 visitas de campo pela Unidade de Monitoramento. Relacionada especificamente ao CG 10/2011, foi realizada 1 visita em 13/11/2015 ao Festival de MPB Avaré. Os principais pontos dessa visita foram: verificação do festival em praça aberta, checagem da infraestrutura (tenda) instalada para o evento, observação da presença de público e da qualidade técnica da programação musical.

III. AVALIAÇÃO DA UNIDADE DE MONITORAMENTO

Em relação às receitas e despesas vinculadas à execução do CG 10/2011 em 2015, verificou-se que:

- Os índices econômico-financeiros bem como as opiniões emitidas pela auditoria independente em seu parecer e pelo Conselho de Administração sobre a prestação de contas da OS evidenciam regularidade.
- O Contrato de Gestão nº 10/2011 com a OS ABAÇAI Cultura e Arte, em seu 9º Termo de Aditamento, assinado em 23/12/2015, alterou sua vigência, de 31/12/2015 para 31/12/2016. O valor global passou de R\$ 54.496.167,00 para R\$ 62.496.167,00.
- As receitas em 2015 foram da ordem de R\$ 10.202.561,58, 95% proveniente de repasses da SEC à OS, e 5% foi proveniente de receitas financeiras.
- As despesas de 2015 foram 9% inferiores ao previsto, totalizando R\$ 11.740.432,02. Esse montante foi 19% menor do que às despesas realizadas no ano anterior, em valores nominais. As maiores variações com relação à previsão foram relativas a: Dirigentes: 138%; Auditoria: 67%; Utilidades Públicas: 74%; Revelando SP – Edição Vale do Paraíba – São José dos Campos: 51%; Mapa Cultural Paulista: 75%; Encontro dos Dirigentes de Cultura: 52%, cuja explicação das variações foi apresentada superficialmente no relatório orçamentário, cabendo maior esforço de informação e transparência por parte da OS.
- No início de 2016, a SEC repassou o valor de R\$ 28.932,33 referente a última parcela de repasse de 2015, restando um valor de R\$ 3.000.000,00 para completar o valor acordado no 9º TA para 2015.
- O relatório gerencial da OS não apresenta o uso de saldo dos exercícios anteriores, o que explica a ocorrência de déficit, no entanto a documentação contábil auditada traz esses dados, permitindo verificar que a OS otimizou seus recursos ao longo do contrato de gestão, possibilitando o cumprimento do plano de trabalho.
- O quadro de funcionários apresentou redução de 5% com relação a 2014.

Com relação aos programas previstos no plano de trabalho, verificou-se que:

- As 2 (duas) metas não atingidas integralmente tiveram justificativas acatadas pela UGE.
- Com relação ao exercício anterior, houve variação negativa de 45% no público total de todas as ações feitas pela OS, conforme quadro dos principais resultados alcançados. A razão principal da redução de público foi o fato do Revelando São Paulo – Edição Capital, que atraía um público de mais de 1 milhão, não ter sido realizado, e em seu lugar foi realizado o Revelando São Paulo – Edição Valinhos, com um público muito inferior à Edição da Capital.

A seguir, apresentamos os primeiros resultados dos recentes estudos e esforços desenvolvidos pela Unidade de Monitoramento, visando a aprimorar a avaliação realizada.

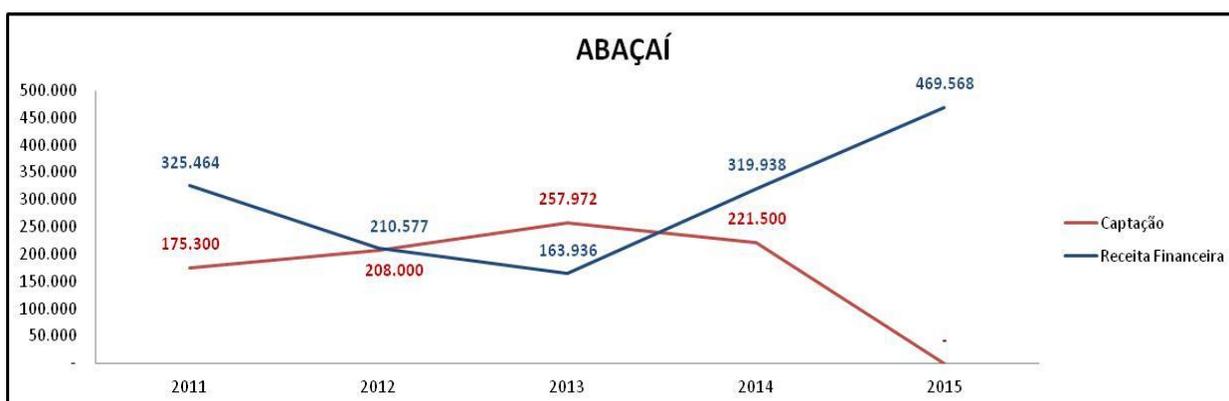
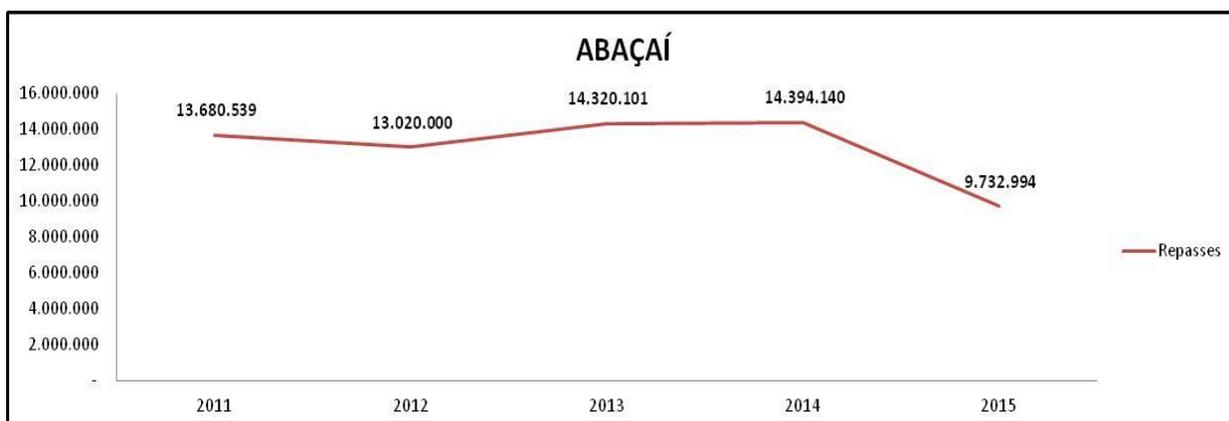


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

1. Evolução histórica dos recursos financeiros e principais resultados do contrato de gestão

a) Evolução histórica dos recursos financeiros

Em linhas gerais, verificamos que o comportamento dos repasses, captação e receitas financeiras nos últimos cinco anos foi:



Como se pode observar, o contrato de gestão mantinha uma tendência de estabilidade, com leve crescimento em termos nominais, em seus quatro primeiros anos de vigência, e sofreu significativo corte em 2015, associado ao corte de recursos para a área da Cultura, decorrente da crise financeira. Ainda assim, parte dos recursos previstos em 2015 foi repassada com atraso em 2016. O uso de parte dos saldos dos exercícios anteriores evidenciado no Parecer da Auditoria Independente Senacont, página 08, foi responsável por permitir a cobertura das despesas do exercício.

A existência de saldos contratuais de exercícios anteriores permitiu que fosse possível viabilizar todas as ações do exercício sem comprometimento das realizações, salvo pela edição do Revelando São Paulo capital, cuja alteração de local (para Valinhos) – por dificuldade na definição de parcerias e principalmente na alocação de recursos – representou significativa redução de público, impactando as séries históricas desse resultado, como se vê no próximo item de consideração.

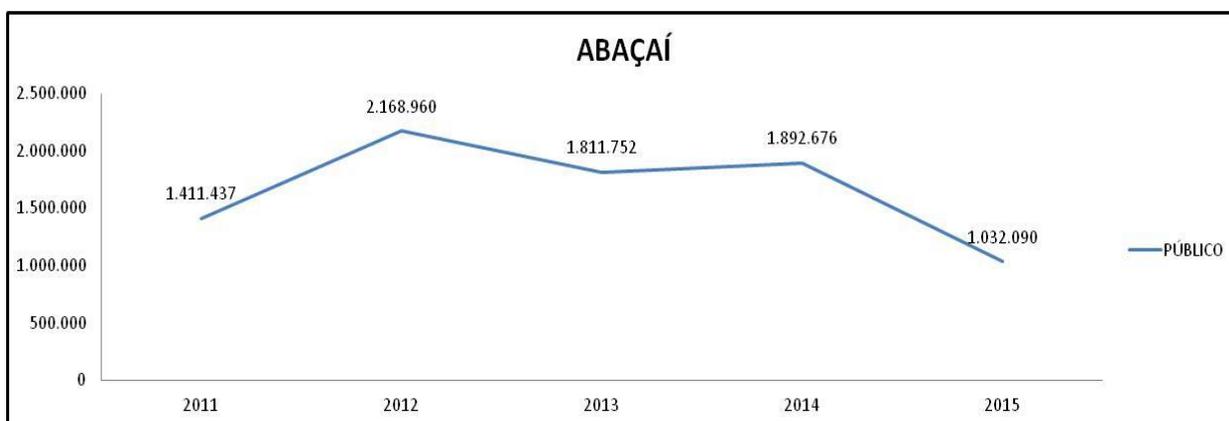
b) Evolução histórica dos principais resultados do contrato de gestão: públicos

Apesar da redução dos repasses, os programas de circulação desse contrato, quando olhados individualmente, mantiveram, na maioria, a perspectiva de crescimento do público total, com exceção justamente da ação que mobiliza o maior público da pactuação: a edição paulistana do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

festival Revelando São Paulo, cujo objetivo é apresentar a cultura das diferenças regiões do Estado na capital paulista. A realização dessa edição em outro município, ainda que próximo, não resultou no mesmo sucesso de visitantes das edições anteriores, impactando a série histórica geral do ano. Cabe recomendar à Unidade Gestora que avalie a pertinência de continuar a denominar “edição da capital” a uma ação que ocorre em outra cidade e de verificar se os objetivos pretendidos nessa iniciativa são atingidos quando o local é alterado. Nesse sentido, vale inclusive avaliar a redistribuição de recursos para o conjunto de ações, na medida em que a ausência de recursos financeiros e de logística adequada poderá representar revisão do programa ou mesmo a extinção da edição na capital, o que representaria prejuízo para a população local e para o intercâmbio cultural pretendido. De toda maneira, é preciso que se verifique se será ou não possível alocar mais recursos e definir local adequado no município de São Paulo para essa realização, para que se mantenha a perspectiva da edição da capital. Caso a Unidade Gestora, à luz das diretrizes da Pasta, considere que prioridade é a preservação das ações no interior e litoral, é importante rever o programa e essa edição.



Cabe apontar que as variações de público se relacionam não só a performance da execução contratual, mas também a diferentes formas de contabilização utilizadas pela OS, em acordo com a UGE, ao longo dos anos.

Tendo em vista que a pactuação em exame está em fase de encerramento, recomendamos que a Unidade Gestora estabeleça um referencial claro e transparente para contabilização de público, metodologicamente consistente e verificável, para ser seguido durante todo o novo contrato de gestão a ser celebrado referente aos programas em análise.

Em que pese a diminuição de público do exercício, as realizações verificadas (e cuja qualidade é objeto de avaliação da Unidade Gestora), além de sinalizar a eficiência do contrato de gestão no cumprimento do proposto, com alavancagem de mais recursos, são importantes, sobretudo, para se verificar a efetividade dos esforços do contrato de gestão em direção ao resultado estratégico da Política Estadual de Cultura que busca assegurar: “cidadãos com acesso pleno, em todo o Estado, aos programas, grupos artísticos e equipamentos culturais, em toda a sua diversidade”, conforme previsto na Política Cultural da Secretaria que compreende o conjunto de diretrizes da SEC para os contratos de gestão com as organizações sociais.

c) Evolução histórica dos principais resultados do contrato de gestão: cobertura territorial

Além de analisar a evolução de público, avançando no intuito de melhor verificar a contribuição de cada contrato de gestão para atingir o resultado estratégico da Política Estadual de Cultura citado, a Unidade de Monitoramento criou uma planilha para indicação dos municípios que receberam atividades in loco, e que foi preenchida pelas Organizações Sociais.

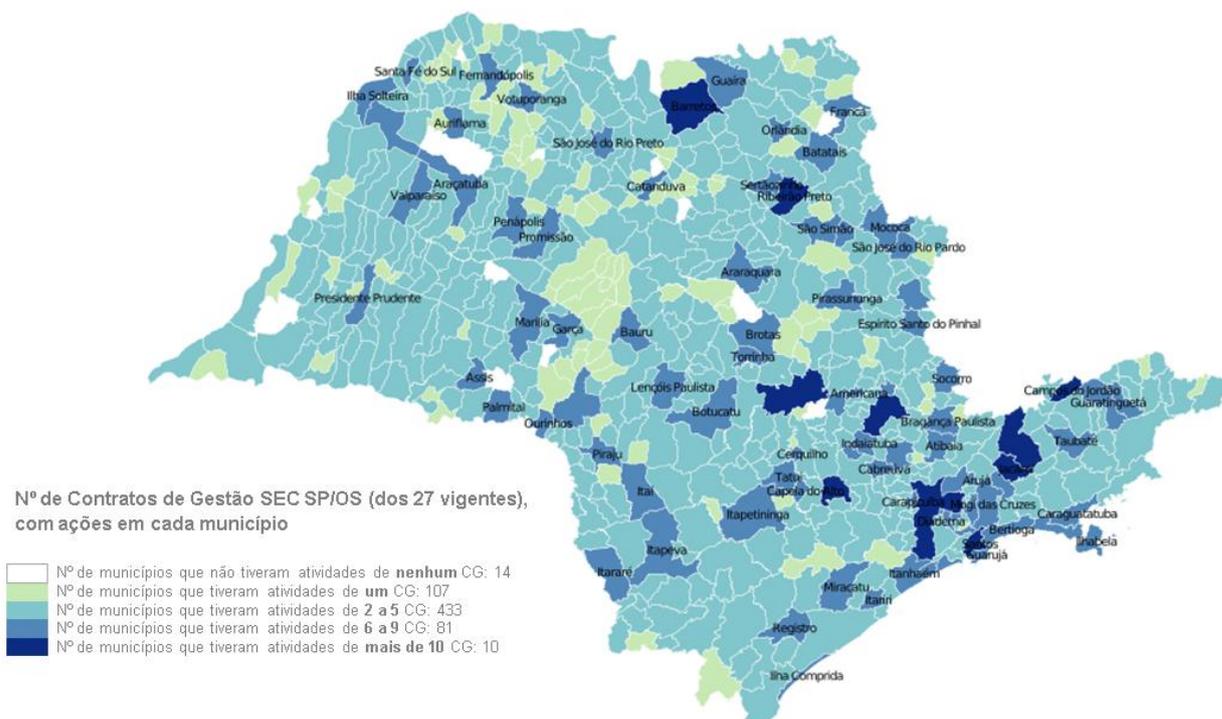


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

A partir dessa planilha, considerando que as informações nela prestadas são de responsabilidade das entidades parceiras e que a Unidade de Monitoramento não atua no acompanhamento das ações fins, foi possível traçar o mapa de cobertura das ações da SEC no território estadual realizadas em parceria com OSs de Cultura no ano de 2015.

Assim, o primeiro mapa evidencia o total de municípios atingidos diretamente, somando ações de todos os contratos de gestão. O segundo permite verificar o comportamento das ações da área fim à qual está vinculado o contrato de gestão em exame (difusão), e o terceiro traz o total de municípios beneficiados por ações ligadas a esse mesmo contrato de gestão. Dessa forma, é possível visualizar a contribuição obtida em 2015 sob vários ângulos: no que diz respeito ao previsto x realizado (indicado na tabela de “Resultados Alcançados” – item II.1 deste Parecer); na comparação com o conjunto de iniciativas realizadas pelo total de OSs e, mais especificamente, com as ações de circulação / itinerância da área fim do objeto contratual, e na verificação do desempenho específico desse contrato de gestão pelo Estado:

Atuação da SEC em parceria com as OS no Estado de São Paulo em 2015



Fonte: Mapa construído pela Unidade de Monitoramento/SEC com base nos dados informados pelas Organizações Sociais na prestação de contas referente ao ano de 2015.

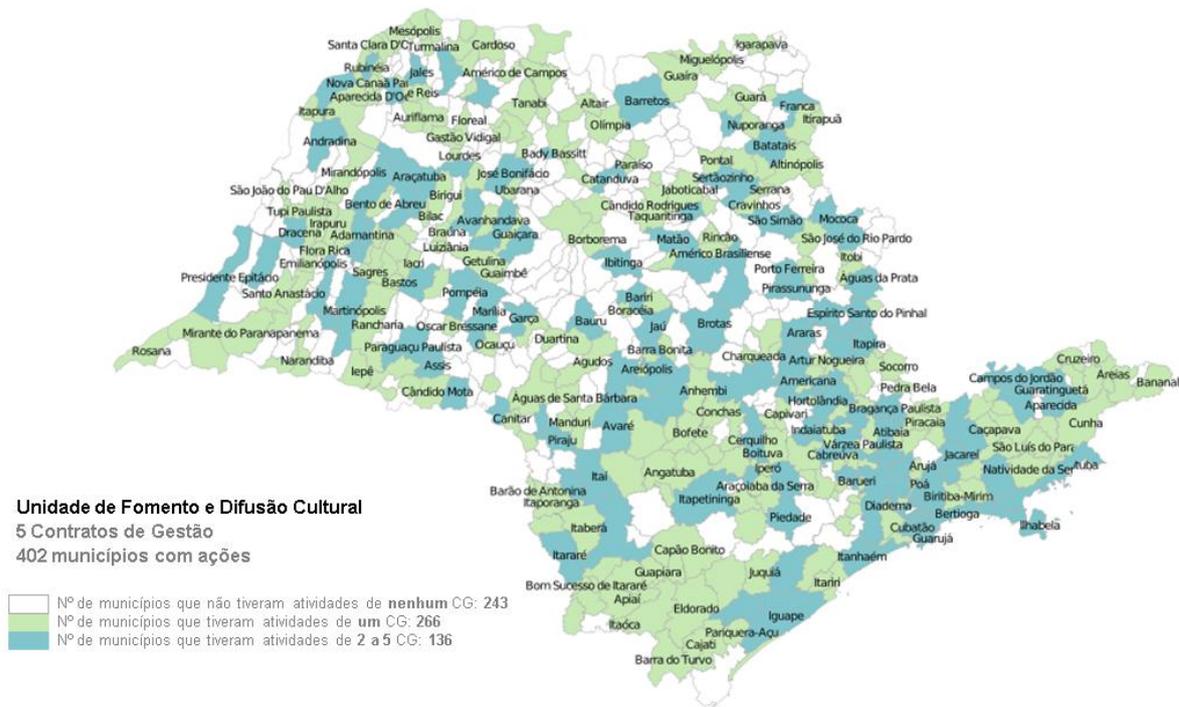


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CULTURA

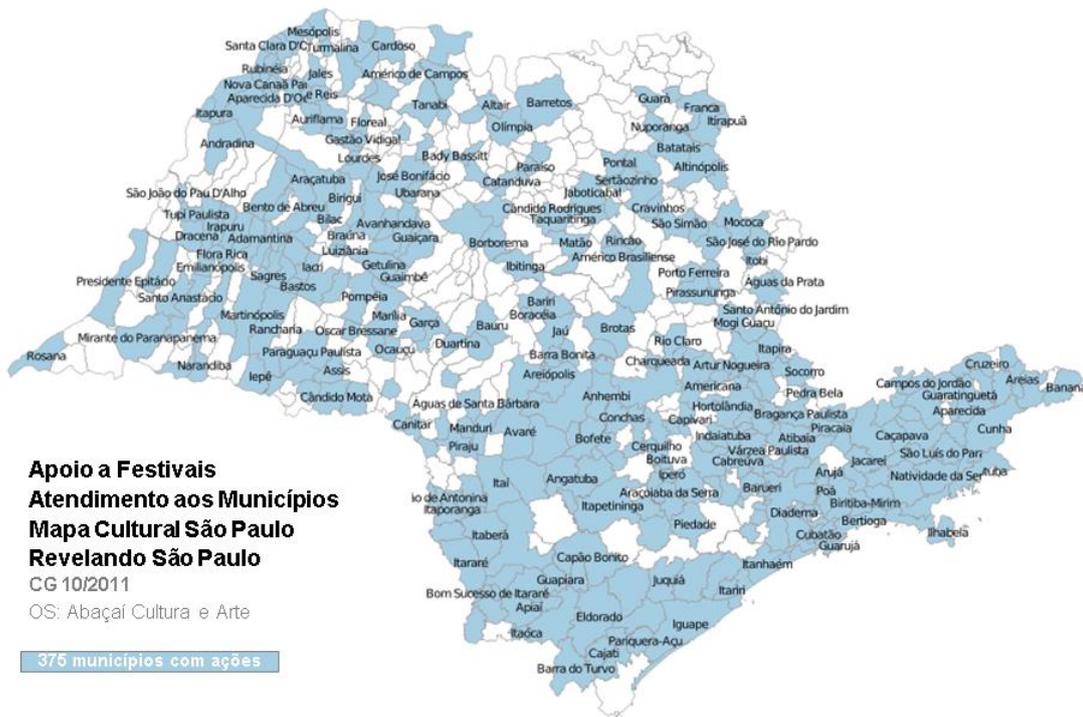
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Atuação da SEC em 2015: Municípios atendidos por Contratos de Gestão de Difusão Cultural



Fonte: Mapa construído pela Unidade de Monitoramento/SEC com base nos dados informados pelas Organizações Sociais na prestação de contas referente ao ano de 2015.

Atuação da SEC em 2015: Municípios atendidos por Contrato de Gestão



Fonte: Mapa construído pela Unidade de Monitoramento/SEC com base nos dados informados pelas Organizações Sociais na prestação de contas referente ao ano de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

631 municípios receberam algum tipo de ação cultural viabilizada pela SEC por meio de parceria com organizações sociais de Cultura, o que corresponde a 97,8% dos municípios paulistas. Vale observar que os municípios atendidos por 10 ou mais contratos de gestão localizam-se justamente nas regiões de maior densidade populacional do Estado (caso, por exemplo da Região Metropolitana de São Paulo, que conta com 20, 2 milhões dos 42,6 milhões de habitantes do Estado, e da RM de Campinas, onde estão 6,5 milhões, segundo dados do boletim Radar Regional da Fundação SEADE, de maio/2016).

Dentre os municípios beneficiados, 63,71% (402 municípios) receberam ações de organizações sociais atuantes na área de difusão. O contrato de gestão em exame foi responsável por realizar ações em 375 municípios paulistas, o que corresponde a 93% do total de cobertura da área de difusão (UFDPC), perfaz 59,43% da atuação promovida *in loco* pelo conjunto dos contratos de gestão no Estado e representa um índice de cobertura territorial paulista de 58,14%.

Para além do número de municípios beneficiados, é necessário considerar o público atingido tanto em termos de população local com acesso às ações culturais promovidas, como no que diz respeito ao incremento à qualificação/intercâmbio e atuação dos profissionais locais ligados à área cultural e à movimentação na economia regional que as ações de circulação dos programas culturais promovem.

Ao dar continuidade aos esforços de ampliação de público e realizar ações em 375 municípios paulistas, o contrato de gestão firmado com a ABAÇAÍ Cultura e Arte demonstrou sua contribuição para a política cultural da SEC de ampliação do acesso da população em todo o Estado.

Por sua vez, os dados examinados comprovam a eficácia da execução contratual em 2015, com cumprimento da quase totalidade das ações previstas na íntegra, porém sinalizam a necessidade de maior esforço de planejamento e de ampliação da participação de receitas acessórias na composição de recursos do contrato de gestão, mediante maior captação de recursos.

2. Remuneração de recursos humanos - CLT

Para tornar mais qualificadas as análises de eficiência e economicidade dos contratos de gestão, a Unidade de Monitoramento procedeu a um exame mais detalhado das despesas com recursos humanos, visto que elas correspondem, em média, a 60% do total de despesas de cada pactuação, podendo chegar a percentuais ainda mais expressivos. Foram verificados todos os relatórios analíticos de RH, contendo nomes, cargos e salários.

Para simplificar os agrupamentos, foram criadas 10 faixas de remuneração, e os funcionários celetistas foram distribuídos de acordo com a posição de seus salários nominais nessas faixas, considerando-se ainda a distribuição por sexo (homem ou mulher), com a mesma classificação censitária do IBGE, e usando como base o Relatório Analítico de Recursos Humanos. Não foram objeto deste levantamento as distinções de identidade de gênero ou orientação sexual.

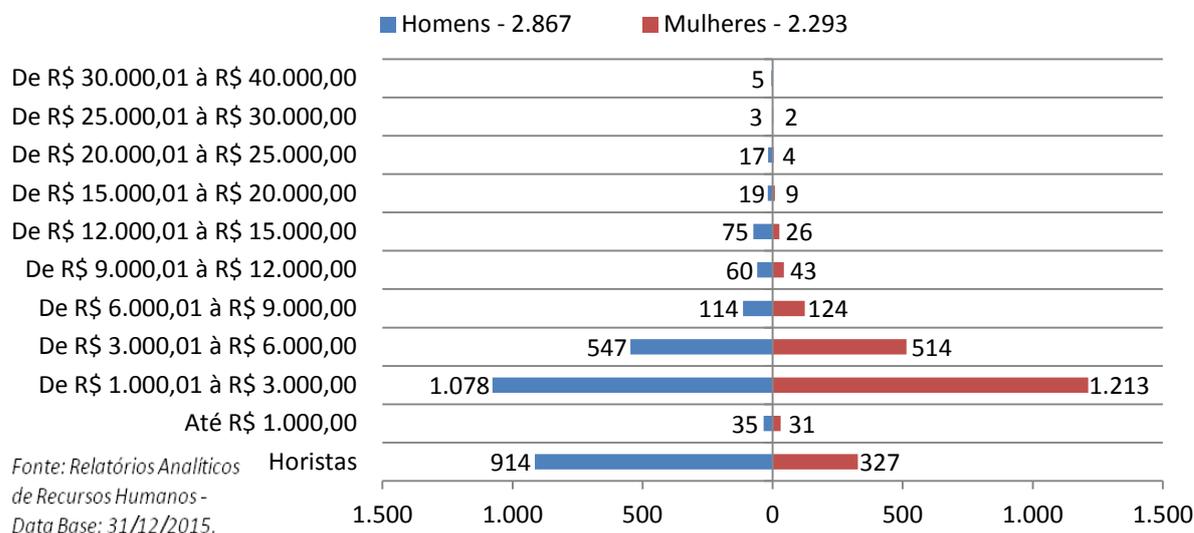
Essa distribuição permitiu verificar como a massa salarial está repartida pelas diversas faixas nos contratos de gestão, bem como estabelecer comparativos entre os diferentes contratos. Esse estudo comparativo permitiu a apresentação dos gráficos que se seguem, trazendo a distribuição do total de celetistas dos 27 contratos de gestão vigentes em 2015, dos contratos de gestão da área fim (difusão) e especificamente deste contrato de gestão:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Recursos Humanos (CLT) nas OS's de Cultura - 2015

Total de celetistas: 5.160



Os dados apresentados demonstram que:

- Dos 5.160 funcionários celetistas das 20 organizações sociais parceiras da SEC, 3.919 atuam em regime de dedicação regular (em média 44 horas semanais) e 1.241 são remunerados por hora trabalhada (horistas).
- Dos 5.160 funcionários a grande maioria (2.357 = 45,7%) ganha até R\$ 3 mil. Considerando os horistas, o percentual sobe para 69,7%.
- 1.061 funcionários ganham acima de R\$ 3 mil e até R\$ 6 mil, o que equivale a 20,6% do total geral ou 27,1%, excluídos os horistas.
- 66 funcionários ganham até R\$ 1 mil por mês.
- Há mais homens (55,6%) que mulheres (44,4%) no conjunto dos contratos de gestão, quando computados os horistas, porém quando descontados, a diferença diminui e a proporção se inverte (49,8% homens e 50,2% mulheres).
- Nos salários até R\$ 9 mil, há relativo equilíbrio entre o total de homens (1.774) e o de mulheres (1.882) que recebem essa remuneração, sem contar os horistas (pois não é possível avaliar a proporção real de remuneração entre os sexos, visto que o total de horas de cada funcionário pode variar devido a inúmeros fatores).
- 179 homens e 84 mulheres recebem salários acima de R\$ 9 mil reais. O número de homens que ocupa os cargos mais bem remunerados é mais que o dobro do de mulheres.
- Nas três faixas de remuneração mais altas, há 24 homens e apenas 7 mulheres, sendo que nenhuma delas aparece dentre aqueles que recebem a maior faixa salarial (5 homens).

Tais dados indicam que, embora o número de homens e mulheres seja relativamente proporcional, a proporcionalidade no que se refere às faixas salariais só se mantém nos patamares de remuneração mais baixos, onde há, também, a maior concentração de pessoal.

Uma vez que tais informações referem-se à média do conjunto de 27 contratos de gestão, é importante que cada OS avalie sua distribuição salarial entre as diferentes faixas que pratica, de acordo com seu manual de recursos humanos e seu plano de cargos e salários (sendo que as faixas aqui estabelecidas são apenas para fins de agrupamento e comparação). Destacamos que esse estudo está apenas no início e que, nos próximos anos, a Unidade de Monitoramento buscará verificar com mais precisão a adequada aplicação desses manuais e planos, a bem do interesse público. A área cultural é o lócus por excelência da diversidade e, nesse sentido, precisa assumir posição exemplar no combate às desigualdades de quaisquer espécies, sejam elas associadas a gênero, etnia ou à existência de deficiências.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

As questões de gênero aqui assinaladas objetivam lembrar que são vários os aspectos a serem considerados, quando se fala em remuneração de pessoal. As OSs de Cultura também têm um papel no esforço social e coletivo de se assegurar a distribuição de cargos e remunerações de forma equitativa, que leve em conta o mérito, sem prejudicar – por força de preconceito e outros estigmas – a diversidade que é tão necessária à qualidade da gestão quanto à construção de uma sociedade mais justa. Nesse cenário, é fundamental garantir que homens e mulheres nas mesmas posições percebam a mesma remuneração e ter mecanismos que viabilizem o acesso a quaisquer postos para homens e mulheres de forma equivalente.

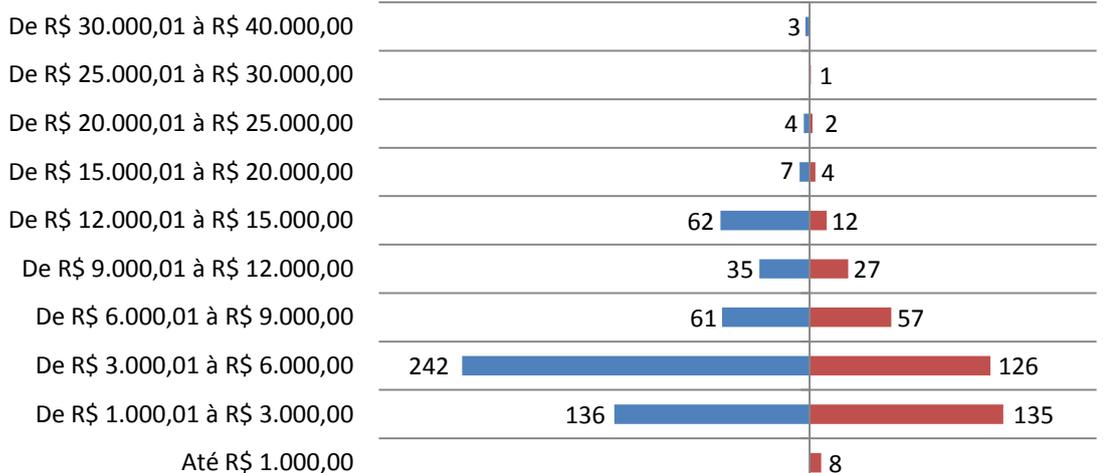
Finalizando esse assunto, embora não se trate de funções remuneradas, é útil destacar que a questão de gênero também é presente e deve ser considerada na composição dos conselhos de administração das entidades. Do total de 265 conselheiros, 201 ou 76% são homens e apenas 64 são mulheres, ou 24%. Mais uma vez, embora constituam presença expressiva na forma de trabalho da área cultural, quando se trata de ocupação dos principais cargos decisórios (remunerados ou não), a presença feminina diminui radicalmente.

Os próximos quadros indicam a posição do conjunto de parcerias da área fim e do próprio contrato de gestão em relação à distribuição de seus recursos humanos em 2015.

Recursos Humanos (CLT) Difusão Cultural - 2015

Total de celetistas: 922

■ Homens - 550 ■ Mulheres - 372

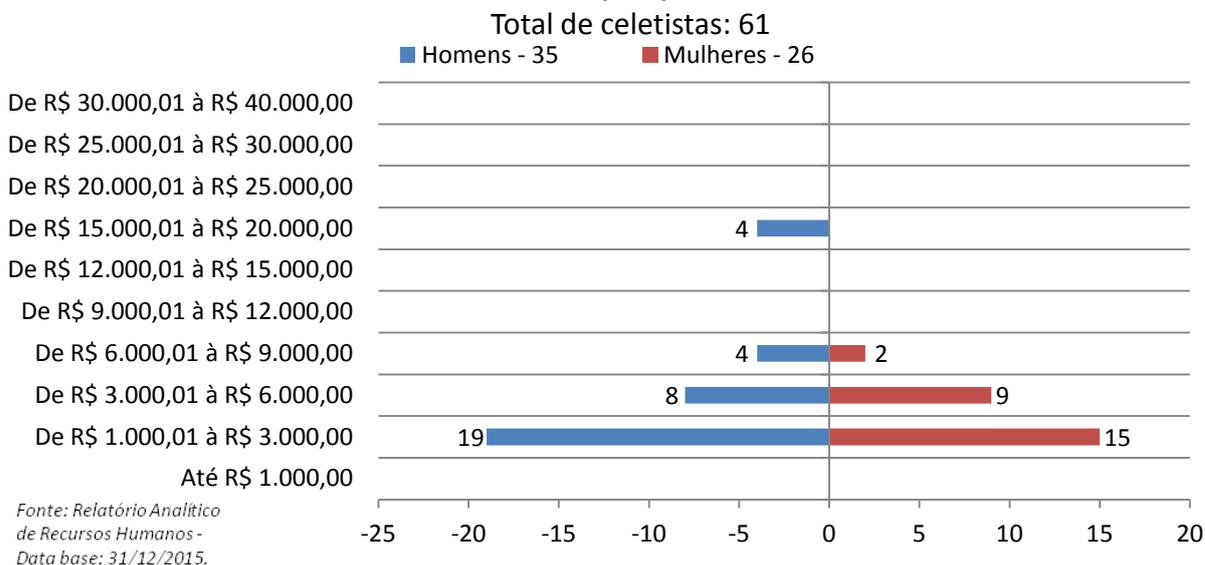


Fonte: Relatórios Analíticos de Recursos Humanos - Data Base: 31/12/2015.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Recursos Humanos (CLT) CG 10/2011 - 2015



Vemos, pelos gráficos apresentados, que, no caso da área de difusão, 22% dos funcionários das OSs ganham até R\$ 3 mil e 44% ganham acima de R\$ 3 mil até R\$ 6 mil. Há uma predominância de homens em oito das dez faixas salariais, o que se reflete no total de celetistas (dos quais 63% são homens). Essa posição permanece nas quatro faixas de maior remuneração (12 homens para 7 mulheres). Apenas 3 mulheres ganham acima de R\$ 20 mil. Dentre os homens, são 6.

Por sua vez, o quadro de pessoal deste contrato de gestão representou, em 2015, 1,2% do total de recursos humanos empregados pelo conjunto de parcerias firmadas com organizações sociais, e 7,8% dos recursos humanos da Unidade de Fomento, Difusão e Produção Cultural. No CG 10/2011, 57,4% são homens e 42,6% são mulheres. Já a distribuição salarial, concentra 55,7% do pessoal em salários até R\$3.000 e 6,6% ganham entre R\$15.000 e R\$ 20.000.

Com relação aos valores de remuneração, a amostragem verificada por meio das pesquisas de mercado realizadas pelas OSs, nos termos da Lei 846/1998, e complementadas por verificações feitas pela própria Unidade de Monitoramento, indicou compatibilidade e adequação parcial (considerando os referenciais salariais médios e mínimos), conforme se pode verificar no quadro a seguir:

ABAÇÁI CULTURA E ARTE		PESQUISA WIABILIZA				SALARIÔMETRO		
Cargo	Salário da OS	Salário Médio	Menor Salário	Maior Salário	Cargo Similar Pesquisado	CBO	Piso salarial	Cargo similar pesquisado
Diretor Artístico Cultural	R\$ 17.183	R\$ 19.821	R\$ 16.327	R\$ 23.595	Diretor Artístico Cultural	131105	R\$ 19.178	Diretor executivo de instituições culturais
Diretor Executivo	R\$ 17.183	R\$ 26.455	R\$ 22.206	R\$ 36.757	Diretor Executivo	131105	R\$ 19.178	Diretor executivo de instituições culturais
Diretor Administrativo Financeiro	R\$ 17.183	R\$ 21.084	R\$ 15.825	R\$ 33.083	Diretor Adm./Financ.	123110	R\$ 20.256	Diretor Adm./Financ.
Superintendente Técnico Operacional	R\$ 17.178	R\$ 13.751	R\$ 11.180	R\$ 18.234	Gerente de Projetos Culturais/ Eventos	131105	R\$ 19.178	Superintendente de serviços culturais
Supervisor de Programas	R\$ 8.808	R\$ 8.700	R\$ 6.963	R\$ 11.448	Coordenador/Supervisor de Projetos Culturais/Eventos	141205	R\$ 5.345	Gerente de projetos
Assessora Institucional	R\$ 8.808	R\$ 4.422	R\$ 3.727	R\$ 5.222	Assessor de Relações Institucionais	-	-	-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Gerente do Memorial Cultura LGBT	R\$ 6.012	R\$ 8.700	R\$ 6.963	R\$ 11.448	Coordenador/Supervisor de Projetos Culturais/Eventos	-	-	-
Gerente Financeiro	R\$ 6.012	R\$ 6.936	R\$ 5.624	R\$ 8.248	Analista Financeiro/Contábil/Controladoria Sr	142105	R\$ 4.621	Gerente administrativo
Assessor de Imprensa	R\$ 5.310	R\$ 7.976	R\$ 6.475	R\$ 9.735	Coordenador/Supervisor de Captação/Comunicação/Marketing	-	-	-
Coordenador de Recursos Humanos	R\$ 5.153	R\$ 12.857	R\$ 10.872	R\$ 16.512	Gerente de Recurso Humanos	142205	R\$ 8.613	Gerente de Recurso Humanos

Fontes: Pesquisa Wiabiliza Soluções Empresariais, contratada por 31 instituições culturais, das quais 16 são OSs. Portal: Salariômetro – www.salarios.org.br, consultado durante o mês de maio de 2016..

Destacamos que foi identificada compatibilidade na maioria dos salários da amostra em relação à pesquisa de mercado efetuada, tendo em vista que os mesmos estão entre os valores médios ou mínimos da pesquisa de mercado feita pelas organizações sociais. Não foram considerados compatíveis os salários acima dos salários médios indicados na mesma pesquisa, cabendo à Os apresentar esclarecimentos ou outras fontes a respeito.

Outro ponto a observar, e que será objeto de maior atenção da Unidade de Monitoramento nas próximas verificações anuais, diz respeito à eventual existência de remunerações diferentes para profissionais que ocupam o mesmo cargo. É importante que a OS atue rigorosamente de acordo com seu plano de cargos e salários, e zele pela isonomia salarial, mantendo todos os registros que comprovem eventuais diferenças salariais (que podem ser justificáveis quando se trata de pessoas contratadas em exercícios diferentes por salários que não se alteram de um ano para outro no plano, porém podem ser modificados em função de dissídios salariais).

Vale registrar que esse é o primeiro estudo do gênero feito pela Unidade de Monitoramento, e que a obrigação legal de realização de pesquisa salarial é das organizações sociais, cabendo a elas a apresentação de justificativas consistentes e devidamente embasadas para variações encontradas para além dos máximos aqui apresentados, ou indicativo das providências para corrigir as distorções encontradas que não sejam passíveis da devida explicação e defesa.

SOLICITAÇÕES: Que a OS se manifeste a respeito no próximo relatório trimestral.

3. Economicidade em relação à execução do objeto contratual pela Administração

Ante os dados apresentados e no intuito de verificar a economicidade do contrato de gestão em relação à execução do objeto contratual diretamente pela Administração, buscamos responder a duas perguntas: É viável realizar diretamente pela SEC o objeto contratual com os patamares de resultados registrados (atividades culturais; públicos; cumprimento de rotinas de preservação do patrimônio e das edificações e das obrigações legais e administrativas)? Sendo viável, seria mais vantajosa, equivalente ou menos vantajosa essa realização pela Administração Direta?

Como há muitas variáveis complexas a examinar – e tempo e recursos humanos e materiais exíguos – optamos por examinar as questões considerando um grupo principal de despesas, que é justamente aquele que representa a maior parcela de recursos financeiros alocados no contrato de gestão: a saber, a remuneração de recursos humanos.

Para cogitar a possibilidade de realização pela SEC é preciso, antes de mais nada, verificar se ela teria condições de assumir diretamente as responsabilidades atualmente compartilhadas por meio da parceria.

No caso da força de trabalho, é fundamental que o Estado disponha de quadros ou de condições para contratá-los. O quadro abaixo apresenta as conclusões da análise efetuada:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Questão	Resposta
Há disponibilidade de recursos humanos na Pasta da Cultura para executar o objeto do contrato de gestão a contento?	Não. O quadro da SEC é composto (em dados de 31/12/2015) de 259 servidores (dos quais 12 são remunerados pelos órgãos dos quais foram cedidos e 2 estavam afastados sem vencimentos em dez/2015), todos alocados em ações técnicas e administrativas da própria Secretaria. Desde 1993, conforme se verifica no Portal da Transparência do Estado, esse quadro não sofre alterações significativas e vem diminuindo paulatinamente ano a ano.
Há possibilidade de contratação de recursos humanos imediatamente ou no curto prazo para executar o objeto do contrato de gestão a contento?	Não, pois não existem cargos comissionados disponíveis e o ingresso de servidores no Estado somente se dá mediante concursos ou cargo em comissão. Os primeiros estão suspensos por causa da atual crise econômica e os segundos, ocupados ou congelados, pela mesma razão.
Há possibilidade de contratação de recursos humanos no médio ou longo prazo para executar o objeto do contrato de gestão a contento?	A realização de concursos depende de autorização governamental, assim como a criação de novos cargos comissionados. Se fosse apenas essa a necessidade, a resposta poderia ser sim ou não, estando fora da alçada única e exclusiva da Pasta. Porém, seria necessário alterar a legislação, para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com pessoal no Estado, destacando que SP já se encontra no limite prudencial em relação a tais gastos. Ante o contexto de defesa do Estado gerencial, da eficiência administrativa e da contenção de gastos estatais, que tem marcado a Administração brasileira desde os anos 1990, e que se intensificou no atual período de crise, tal mudança se configura bastante improvável. No mínimo, é possível afirmar com consistência que não há nenhuma iniciativa legislativa nessa direção hoje. Assim sendo, a resposta é não .

As três negativas acima indicam que seria inviável no curto e médio prazo, e possivelmente também no longo prazo, a viabilização de pessoal por parte da Administração para a execução direta do objeto contratual. Sem essa possibilidade, toda a perspectiva da execução direta torna-se igualmente **inviável**, a não ser que se configure um amplo e novo cenário de reforma administrativa e legal.

À parte a inviabilidade constatada, nos perguntamos – caso houvesse condição de execução direta dos objetos contratuais pelo Estado – se ela seria mais vantajosa, equivalente ou menos vantajosa do que o que o modelo de gestão em parceria com OS, do ponto de vista estritamente econômico-financeiro.

Para verificar essa hipótese, novamente recorremos ao maior grupo de despesas do contrato de gestão: os recursos humanos, considerando que a opção mais vantajosa nessa rubrica orçamentária trará o mais expressivo impacto econômico e financeiro, na medida em que ela representou, em média, 60% dos recursos alocados nas parcerias entre 2004 e 2014 e 79% em 2015 (sendo a elevação desse percentual ocasionada pelos expressivos cortes de verbas estaduais para os repasses aos contratos de gestão em virtude da crise econômica, lembrando que essa rubrica orçamentária inclui não só as despesas com salários, encargos e benefícios, como também as despesas rescisórias dos recursos humanos demitidos por força dos cortes).

Analisando o quadro de servidores da SEC fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos da Pasta e cujos dados constam do Portal da Transparência do Estado, verificamos que o desembolso da SEC em dezembro equivaleu a R\$ 1.231.436, e a média salarial nominal mensal considerando os 245 servidores públicos da Cultura entre concursados e comissionados remunerados pela Pasta em 31/12/2015 foi de R\$ 5.026.

Por sua vez, a prestação de contas da Organização Social permitiu verificar, a partir da planilha analítica com nomes, cargos e salários, que a OS utilizou, no mês 12, R\$ 248.194, para a remuneração de seus 61 empregados, cuja média salarial nominal em 31/12/2015 foi de R\$ 4.069.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Considerando o custeio de recursos humanos, vemos que, do ponto de vista econômico e financeiro, o modelo OS é mais vantajoso que a execução do objeto contratual pela Administração Direta. Essa afirmação se torna ainda mais consistente quando se observa que o modelo OS na Cultura, ao utilizar uma forma preponderante (quase exclusiva) de contratação de pessoal, que é a CLT, equipara todos os seus colaboradores em termos de direitos trabalhistas, benefícios e encargos. No caso do Estado, a possibilidade de contar com servidores efetivos (que contam com estabilidade e aposentadoria especial) e servidores comissionados (sem nenhum vínculo, suscetíveis de demissão sem justa causa sem quaisquer benefícios ou garantias e sem aposentadoria especial) cria um fator de desequilíbrio da equidade entre os empregados.

Para além da remuneração de pessoal, outros fatores evidenciam que o modelo OS é mais vantajoso e apresenta maior economicidade que a execução pela Administração Direta, como o fato de que o Estado não teria condições de receber doações a título de patrocínio para o objeto contratual ou de assegurar que os recursos obtidos por meio de captação operacional fossem alocados em sua manutenção e funcionamento, o que acarretaria prejuízos às ações culturais realizadas e, por conseguinte, ao seu público beneficiário.

A maior flexibilidade do modelo OS para a estruturação de parcerias visando a execução de projetos; a gestão baseada em finalidade não lucrativa; e o estabelecimento de vínculo com o Poder Público baseado no cumprimento de metas e no alcance de resultados também são importantes vantagens do modelo, ao permitir, ao mesmo tempo, a necessária agilidade operacional e administrativa na gestão das atividades e o controle finalístico pelo Estado. Por fim, a agilidade e eficiência nos processos de compras e contratações de serviços, seguindo regulamentos próprios e por meio de processos amplamente fiscalizados e obrigados à transparência são também pontos bastante importantes, e cujos resultados podem ser aferidos em visitas in loco aos objetos contratuais e constatados nas pesquisas de satisfação do público com os serviços culturais oferecidos.

4. Conclusão

De acordo com os dados analisados, a execução contratual atingiu quantitativamente todos os resultados previstos, correspondendo adequadamente à execução orçamentária, considerando-se o uso de saldos dos exercícios anteriores, a bem do uso responsável dos recursos públicos transferidos ao contrato de gestão. Desse modo, registramos que, na avaliação da Unidade de Monitoramento, a prestação de contas da OS ABAÇÁÍ Cultura e Arte referente à execução do contrato de gestão 10/2011 no exercício de 2015 foi considerada **regular com ressalvas** (vide quadro-resumo da pontuação de avaliação ao final deste Parecer), não tendo chegado a nosso conhecimento nenhuma informação em contrário, ressaltando que a veracidade das informações prestadas é responsabilidade da Organização Social e que a comprovação dos resultados e a análise técnica e qualitativa das realizações são de competência da unidade gestora.

A avaliação da UGE quanto a prestação de contas apresentada foi de **aprovação** na execução do plano de trabalho, e **com ressalvas** em relação as justificativas apresentadas, cabendo à Unidade acompanhar a qualidade dos resultados entregues e verificar a necessidade de adequações no próximo plano de trabalho.

Diante das ressalvas apresentadas, e como este parecer será publicizado durante o último exercício vigente do contrato de gestão em análise, cabe à OS buscar corrigir durante o ano os pontos assinalados e, caso venha a se manifestar em próximas convocações públicas para o atual objeto contratual ou outros, indicar, em sua proposta técnica e orçamentária as melhorias adotadas para garantir conformidade e regularidade do gerenciamento contratual compatíveis com os bons resultados finalísticos observados em seu histórico.

Considerando especialmente as ressalvas apresentadas, observamos a importância de aperfeiçoamento do termo de referência para a próxima contratualização relacionada aos objetos deste contrato de gestão, para que os bons resultados culturais finalísticos alcançados e a expressiva capilaridade dessas ações pelo Estado – representando uma das mais importantes empreitadas culturais viabilizadas pela SEC do ponto de vista da diversidade, valorização do patrimônio cultural material e imaterial e da interação com artistas, produtores e fazedores culturais em todo o território estadual – possam ser melhor analisados a partir de parâmetros reconhecidamente consistentes pela



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

área gestora e continuados de medição (principalmente de público) e para que sejam também mais bem documentados na prestação de contas.

São Paulo, 13 de maio de 2016.

Claudinéli Moreira Ramos
Coordenadora da Unidade de Monitoramento

EQUIPE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Análises técnicas, levantamento de séries históricas, sistematização e comparação de dados, pesquisa salarial, visitas in loco, elaboração dos pareceres anuais de monitoramento e avaliação

Coordenação: Claudinéli Moreira Ramos

Diretoria de Avaliação: Marianna Percínio Moreira Bomfim (diretora)
Ricardo Kazuo Ysimine, Carlos Curto Rodrigues Pato

Diretoria de Monitoramento e Normas: Vanderli Assunção Ferrarezi (diretora)
Regiane Souza Lúcio

Núcleo Apoio Administrativo: Danielle Lima da Silva (diretora)

Assessoria Técnica: Liliana Sousa e Silva, Gabriela Toledo Silva, Eduardo Baider Stefani

Estagiári@s: Larissa Rodrigues Ribeiro, Valter Lima Gentini

Contatos: monitoramento.cultura@sp.gov.br

São Paulo, Secretaria da Cultura, Maio/2016.